



Acir Gurgacz (3º à dir.), presidente da CRA, entre os convidados para a audiência sobre o Plano Safra do governo federal

Felipe Barros/Senado Federal

## Governo prevê desempenho ainda melhor do setor agrícola

A produção agrícola brasileira deve apresentar resultados ainda melhores. Foi o que anunciaram representantes do governo durante debate, ontem,

no Senado, para avaliar as medidas previstas no Plano Safra 2011/2012. Um dos pilares do plano é o aumento do financiamento da agricultura familiar. **5**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.464 – Brasília, sexta-feira, 10 de junho de 2011



## Plenário acata voto de censura a nota da OEA

Posição do Senado contra entidade que solicitou suspensão da construção da usina de Belo Monte foi sugerida por Collor

**A** recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – para que o governo brasileiro impedisse as obras no Pará até a observação de “condições mínimas”, como uma nova consulta às comunidades indíge-

nas – foi “precipitada e indevida” na opinião do presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor. O Senado também decidiu manifestar solidariedade ao governo, que considerou a nota da OEA injustificável. **3**



A indicada para a embaixada no Zimbábue, Márcia Maro da Silva, e o presidente da CRE, Fernando Collor, ouvem exposição do futuro embaixador na Santa Sé, Almir Sá Barbuda

Gerardo Magela/Senado Federal

## Dois novos embaixadores são aprovados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem os nomes dos diplomatas Almir Franco de Sá Barbuda e Márcia Maro da Silva para exercerem

o cargo de embaixador, respectivamente, na Santa Sé e na república africana do Zimbábue. As duas indicações presidenciais ainda precisam ser avalizadas pelo Plenário. **6**

## Caso Battisti: Demóstenes e Taques criticam decisão **3**

## Ajuda para países do Mercosul em catástrofes **3**



Aroldo Cedraz (E), relator da matéria, e o presidente do TCU, Benjamin Zymler, trouxeram o relatório de contas a Sarney

## TCU entrega a Sarney relatório que aprova as contas da União

O relatório do TCU aprovando as contas do governo federal de 2010, último ano do governo Lula, foi entregue ontem pelo presidente do tribu-

nal, Benjamin Zymler, ao presidente do Congresso Nacional, José Sarney. O texto contém oito ressaltos e 23 recomendações ao governo. **2**

## CI ratifica indicação de presidente da Anac

Nome de Marcelo Guarany, indicado pela presidente Dilma Rousseff, deve ser votado pelo Plenário na semana que vem. **8**



Marcelo Guarany (E), com Delcídio do Amaral, Lúcia Vânia e Blairo Maggi

Gerardo Magela/Senado Federal

## CAS: emergência hospitalar é falha **6**

## Consenso em torno da energia limpa **7**



Entre as oito ressalvas e 23 recomendações incluídas no documento, Tribunal de Contas da União destaca baixa execução de ações prioritárias

# TCU entrega a Sarney relatório que aprova contas do governo federal

O PRESIDENTE DO Congresso Nacional, José Sarney, recebeu ontem do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, o relatório sobre as contas do governo federal de 2010, último ano do governo Lula. Mesmo com oito ressalvas e 23 recomendações, o relatório conclui que as contas estão em condições de serem aprovadas.

Uma das atribuições do Congresso é julgar, todos os anos, as contas do governo federal. O relatório será encaminhado à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Benjamin Zymler, que veio acompanhado do ministro Aroldo Cedraz, relator da matéria, disse que o documento faz uma "radiografia do governo no ano de 2010".

– A ideia é subsidiar o Congresso Nacional com dados técnicos para que possa exercer

sua função de julgamento das contas do governo – disse o ministro, explicando que o relatório serve também de orientação para o governo e seus órgãos.

O documento contém informações sobre aplicação de recursos e resultados de ações estatais. Entre os tópicos abordados, estão desempenho da economia, atuação das agências reguladoras, saúde e educação, além de um amplo diagnóstico sobre mobilidade urbana no país. O parecer traz também avaliação do cumprimento das recomendações feitas em 2009.

## Ressalvas

As ressalvas incluem o baixo percentual de execução das ações descritas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 como "prioritárias" (20%); informações desatualizadas; "inconsistências contábeis"; recorrentes problemas relacionados



Benjamin Zymler entrega relatório a Sarney: "A ideia é subsidiar o Congresso com dados técnicos para que possa exercer sua função"

ao planejamento, à priorização e ao acompanhamento efetivo da execução do gasto público; entre outras irregularidades.

Um dos principais problemas encontrados em relação à execução orçamentária é o montante de restos a pagar, que quase triplicou nos últimos cinco anos, atingindo o valor de R\$ 129 bilhões em 2010, demonstrando desequilíbrio, conforme o relatório, entre a alocação anual de recursos no Orçamento e a realidade da execução dos programas governamentais.

## CRE sugerirá 21 alterações na lei orçamentária

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, em rápida reunião, suas emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. O relator foi Francisco Dornelles (PP-RJ), que optou por reduzir o número de emendas de 35 para 21, a fim de evitar duplicidades.

Entre as emendas aprovadas, estão as relacionadas à construção de navios de patrulha oceânicos e ao programa de segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro.

## Comissão de Infraestrutura aprova emendas à LDO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o parecer do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre as emendas do colegiado ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. Das 51 emendas apresentadas, 16 foram acolhidas de forma integral e uma com alteração da redação.

De modo geral, são sugestões para mudanças de redação no texto da LDO para tornar suas disposições mais transparentes e ampliar

o grau de controle das ações.

Como exemplo, há emenda para vedar a inscrição em restos a pagar de despesas sem que tenha havido compromisso formal de execução assumido com o beneficiário do empenho. Mas há também emendas destinadas a inserir projetos e ampliação de metas no anexo das ações prioritárias do ano que vem, como as do denominado Programa Abastecimento de Petróleo e Derivados.

## Congresso Nacional lembra Batalha do Riachuelo

Deputados e senadores comemoraram ontem os 146 anos da Batalha Naval do Riachuelo, considerado o mais importante combate da Guerra do Paraguai. Os congressistas saudaram o papel fundamental da Marinha brasileira no conflito e seu significado para garantir a paz hoje vivida em todo o território nacional.

Discursos como o do senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ressaltaram o papel histórico desempenhado pela Marinha na formação do Brasil e defenderam investimentos para que ela continue desenvolvendo projetos estratégicos.

O senador João Pedro (PT-AM) disse que um país que deseja ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU precisa ter uma Marinha, uma Aeronáutica e

um Exército fortes, exigindo-se o mesmo para o desempenho da ciência e da tecnologia.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também defendeu mais recur-

sos para a instituição. Marcelo Crivella (PRB-RJ) homenageou os antepassados que construíram "uma nação em condições inóspitas".



Senadores Wilson Santiago (C), que presidiu a sessão, e João Pedro (2º à dir.), que propôs a homenagem, entre os comandantes militares

## Ricardo Ferraço propõe novo pacto sobre dívidas com a União

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu um realinhamento econômico-financeiro das dívidas estaduais e municipais, pois foram renegociadas em cenário econômico completamente diferente: em 1997 e 1998, no caso dos estados, e em 2001, no caso dos municípios.

Esse é o teor de projeto (PLS 75/11 – Complementar) que apresentou para estabelecer uma exceção a dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e permitir repactuação dos contratos com prazo de duração igual ou superior a 20 anos firmados antes da lei.

– Com a LRF, estados e municípios passaram a



Senador diz que dívidas de estados e municípios só aumentam

registrar superávits primários em suas contas e a pagar suas dívidas rigorosamente em dia. Mas, por mais que estados e municípios paguem, o saldo da dívida só faz aumentar – justificou.

## Presidente da Biblioteca Nacional pede incentivo à leitura

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim, que pediu apoio a políticas de incentivo à leitura. Segundo Amorim, apenas um em cada quatro brasileiros costuma frequentar bibliotecas, e quase metade da população não tem o hábito da leitura.

– Nenhum país no mundo chegou a ser desenvolvido sem antes incentivar a educação e a leitura. O Senado tem sido um parceiro muito importante no

desenvolvimento das políticas públicas do livro e da leitura.

De acordo com Amorim, na reunião foram tratados assuntos como a gestão de políticas de incentivo à cultura e a criação de uma instituição para gerir políticas relativas ao livro e à leitura.

Amorim também disse que Sarney se comprometeu a apresentar projeto para incluir pequenas livrarias e pequenas editoras no Simples, que permite a isenção de impostos como PIS e Cofins.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos. Entre os inscritos, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS).

### Presidência Batalha Naval do Riachuelo

9h45 Cerimônia de comemoração do 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – data magna da Marinha, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília. Às 13h, José Sarney participa de comemoração do Dia de Portugal.

### CRA Manual de crédito rural

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza o décimo seminário do ciclo de palestras que promove todas as sextas-feiras. No evento, serão avaliadas as propostas de alteração do manual de crédito rural, que está sendo elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



## Mercosul amplia acordo em caso de catástrofes

Acordo de cooperação entre os países do Mercosul em caso de catástrofes foi ratificado ontem pelo Plenário do Senado. O Projeto de Decreto Legislativo 629/10 aprova protocolo adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul, que trata de cooperação e assistência entre os países frente a emergências ambientais.

O protocolo adicional previsto no PDS 629/10 aprovado pelo Senado estabelece procedimentos que permitem atuação mais eficaz, rápida e previsível dos países do Mercosul em situações de emergência ambiental.

O acordo original foi celebrado em julho de 2004, com o objetivo de promover a cooperação mútua entre os países do Mercosul, reconhecendo a necessidade de proteger, de maneira especial, setores mais pobres da região, os mais afetados pela degradação ambiental e mais prejudicados em casos de emergências ambientais.

## Vanessa destaca relançamento da Frente Brasil-Cuba

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a reinstalação da Frente Parlamentar Brasil-Cuba, que ocorreu na terça-feira, na Câmara dos Deputados. A senadora foi eleita presidente da frente.

O grupo completa 22 anos este ano e é integrado por mais de 180 parlamentares. Segundo Vanessa, o objetivo da frente é promover o intercâmbio de experiências políticas, econômicas e culturais entre os dois países. Ela afirmou que o grupo vem atuando com respeito ao direito internacional e à soberania dos povos. De acordo com a senadora, o grupo também vai buscar meios de validar o diploma de brasileiros que cursaram Medicina em Cuba.

– Estamos em contato com os ministérios da Educação e da Saúde – disse.

João Pedro (PT-AM) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizaram a senadora pelo cargo de presidente da frente, e Eduardo Braga (PMDB-AM) condenou o embargo comercial a Cuba.



Vanessa foi eleita presidente do grupo, que completa 22 anos

Posição do Senado foi sugerida pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor. O Plenário também decidiu manifestar solidariedade ao governo, que considerou declaração da OEA precipitada e injustificável

# Aprovada moção de censura à OEA por declaração contra Belo Monte

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um voto de censura à declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A sugestão partiu da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

Os senadores também aprovaram requerimento em que a CRE manifesta solidariedade ao governo brasileiro em razão da declaração da OEA.

Nos dois documentos, Collor afirma que a OEA precipitou-se ao solicitar às autoridades brasileiras que “se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas”,

entre as quais uma nova consulta às comunidades indígenas locais para que “tenham acesso a um estudo do impacto socioambiental da obra”, bem como a adoção de “medidas vigorosas para impedir a disseminação de doenças” entre os índios.

O presidente da CRE ressalta que já se completaram 12 anos de estudos e negociações, e que foram ouvidos os vários segmentos envolvidos até chegar à decisão de iniciar as obras.

O senador argumenta que, “além da consulta aos distintos grupos interessados no projeto, foram realizados estudos de impacto socioambiental, dentro da tradição brasileira na construção de grandes obras de engenharia, e em conformidade com a legislação brasileira”.

Collor assinala que o governo brasileiro mostra-se atento a

todas essas questões sociais e de meio ambiente, às disposições legais e às particularidades e necessidades das populações que habitam a região onde será construída Belo Monte.

“Entendemos que a Organização dos Estados Americanos precipitou-se em sua manifestação, chegando mesmo a envolver-se em assuntos internos do Brasil, o que vai de encontro a princípios basilares do Direito Internacional”, afirma o senador.

A nota da OEA foi divulgada em 1º de abril deste ano. No dia 4, ONGs que se opõem a Belo Monte divulgaram amplamente o documento assinado por Santiago Canton, secretário executivo da Comissão de Direitos Humanos. No mesmo dia, nota do Itamaraty classificou as solicitações da OEA como “precipitadas e injustificáveis”, afirmando



Collor avalia que OEA se envolveu em assuntos internos do Brasil

que os aspectos socioambientais estão sendo observados com “rigor absoluto” e que a obra cumpre as leis brasileiras e foi submetida à avaliação técnica.



Cyro Miranda, relator na CRE: condições humanitárias asseguradas

## Tratado para a transferência de condenados

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 125/11 sobre o tratado de transferência de pessoas condenadas e execução de penas entre o Brasil e a Holanda. Já aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde foi relatada pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto segue para promulgação.

O acordo permite que, em caso de fuga de uma pessoa con-

denada para seu país de origem, possa o Estado sentenciador transferir essa pessoa ao país que executou a pena. “Essa novidade confere maior eficácia à cooperação jurídica em matéria criminal, uma vez que alcança, observando os direitos do condenado, casos em que não seja possível a extradição”, afirmou Cyro Miranda.

O relator explica que o objetivo do acordo de cooperação na área de execução penal é

permitir, caso haja vontade do condenado, o seu traslado para o país de origem, com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar.

Com 17 artigos, o tratado estabelece condições para as transferências dos presos e a execução de penas. A solicitação da transferência pode ser feita pelo próprio interessado tanto ao Estado de condenação quanto ao de execução.

## Caso Battisti: Demóstenes pede desculpas à Itália

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) pediu desculpas à nação italiana pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de não extraditar Cesare Battisti, condenado naquele país à prisão perpétua, mesmo com a existência de tratado de extradição.

– O que aconteceu para que o governo tomasse essa decisão infeliz? – perguntou.

Battisti foi condenado pela Justiça italiana e pela Corte Suprema da União Europeia por assassinato quando integra o Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), braço das Brigadas Vermelhas, grupo extremista que atuava na década de 1970. Foi libertado nesta madrugada por decisão do STF, que corroborou a intenção do ex-presidente Lula de mantê-lo em território brasileiro.

Para Demóstenes, os ministros do Supremo não agiram com correção ao seguir o parecer do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que dizia ser do presidente da República a última palavra a respeito da extradição. Segundo a Constituição, disse, a última palavra cabe ao STF.



Demóstenes Torres considera que ministros não agiram com correção

Ele também lembrou que os brasileiros não têm a prerrogativa de rescindir decisões das cortes de outros países, e vice-versa.

– Temos que respeitar os países. Fizemos um tratado de extradição com que finalidade? Para rasgar o tratado, o contrato, em nome da ideologia? Ora, tenha paciência, temos que respeitar o povo italiano.

Vários senadores também condenaram a decisão do STF, como José Agripino (DEM-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a dizer que o italiano nega ter cometido qualquer “crime de sangue”.

## Taques: país virou “cafofo de criminosos”

O senador Pedro Taques (PDT-MT) lamentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso Cesare Battisti e disse que o Brasil está virando um “cafofo de criminosos”. O Supremo decidiu que o italiano deve ser solto e que a decisão do então presidente Lula de negar sua extradição foi um “ato de soberania nacional” que não pode ser revisto.

– A decisão do Supremo é lamentável. A decisão do Supremo, com todo o respeito aos seus ministros, é teratológica, do ponto de vista constitucional – afirmou.

Battisti, condenado na Itália por quatro homicídios, deveria ser extraditado para aquele país, na opinião do senador. Taques avalia que Lula descumpriu tratado internacional sobre extradição assinado entre Brasil e Itália alegando que Battisti poderia ser perseguido naquele país.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Ciro Nogueira (PP-PI) elogiaram o discurso.



Pedro Taques afirma que Lula descumpriu tratado de extradição

Eduardo Suplicy (PT-SP) e João Pedro (PT-AM) divergiram da opinião de Taques.

Ana Amélia disse que a decisão do STF é questionável, enquanto Suplicy disse ter convicção de que Battisti não cometeu os crimes pelos quais foi condenado. Para Maldaner, a posição do STF foi mais política que jurídica. E João Pedro considerou acertada a decisão de Lula de manter Battisti no Brasil. Embora os assassinatos sejam imperdoáveis, Requião avaliou que o STF realmente não tinha competência para rever a decisão de Lula. Ciro Nogueira, por sua vez, opinou que a decisão mancha a história do Judiciário e da diplomacia brasileiros.





Senador Humberto Costa (C) preside debate na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde com Nilo Brêtas Júnior (E), Paulo de Tarso Abrahão, Sérgio Timerman e Renilson Rehen

## Emergências despreparadas para atender doenças cerebrovasculares

Especialistas apontam que os acidentes vasculares cerebrais (AVCs) estão entre as principais causas de morte no país e que os hospitais e os profissionais que atuam nas emergências precisam melhorar o atendimento

AS DOENÇAS CEREBROVASCULARES são a principal causa de mortes no país – e as que mais exigem atendimentos de emergência. Mas esse fato não recebe a devida atenção da imprensa nem dos próprios profissionais de saúde. A avaliação é do médico Sergio Timerman, diretor da Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração (Incor), que participou ontem de audiência pública

realizada no Senado.

Timerman declarou que “a mídia dá muita atenção às chamadas causas externas [que envolvem de acidentes de carro e moto até mortes provocadas por tiros], mas o principal problema nos atendimentos de urgência e emergência são as doenças cerebrovasculares” – das quais o acidente vascular cerebral (AVC) é o exemplo mais comum.

O diretor do Incor – que é vinculado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da

Universidade de São Paulo – afirmou que, “em muitos casos, mesmo os gestores dentro das unidades hospitalares dão pouca atenção ao problema”.

– As doenças cerebrovasculares são as que mais matam, principalmente após os 40 anos – reiterou.

Como exemplo das atividades que seu departamento promove, Timerman citou o treinamento dos funcionários do metrô da cidade de São Paulo. Segundo ele, a cada mês

embarca nessa rede, em média, uma pessoa que terá parada cardíaca durante o respectivo trajeto.

– Antes, 97% das pessoas que tinham parada cardíaca dentro do metrô paulistano morriam. Agora, essa porcentagem caiu para 68% – destacou.

A audiência pública foi promovida pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, presidida por Humberto Costa (PT-PE).

## Especialistas cobram melhor qualificação dos profissionais

Especialistas na área de saúde elogiaram a importância de iniciativas como a que criou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas ressaltaram que os profissionais das unidades hospitalares precisam estar mais bem preparados para enfrentar situações de emergência.

– Muitas vezes os pacientes morrem, ao chegarem em uni-

dades hospitalares, porque falta gente qualificada para atendê-los – disse Renilson Rehen, consultor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Médico do Incor, Sergio Timerman também apontou a necessidade de aperfeiçoar a formação dos profissionais de saúde. Quanto aos médicos em particular, ele disse que muitos dos recém-formados saem da

faculdade com uma formação “insuficiente” no que se refere a atendimentos de urgência e emergência. Para sanar o problema, Timerman defendeu uma reforma curricular nos cursos.

Ele apontou a resistência contra os protocolos e citou o caso de um medicamento que foi recentemente proscrito devido aos riscos que oferece, mas que

alguns médicos insistem em continuar utilizando.

Os participantes da audiência defenderam ainda a valorização dos profissionais que atuam na área de emergência.

O senador e ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT-PE), que preside a subcomissão, assinalou que “esses profissionais não possuem o reconhecimento que existe em outras áreas”.

## Jayne Campos lamenta situação crítica da saúde

Jayne Campos (DEM-MT) afirmou ontem que, no Brasil, os mais pobres estão condenados à doença, já que os hospitais estão lotados, com pacientes acomodados em colchonetes nos corredores. O senador comparou os hospitais a campos de concentração.

– São cenas de guerra, uma guerra onde não há honra nem heroísmo, só mortes e ultraje. As clínicas e hospitais públicos mais parecem campos de concentração. Não há mais como esconder essa dura realidade – lamentou.

Para Jayne Campos, o principal problema não é a falta de recursos, mas a falta de gestão. O senador defendeu a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais mínimos de investimentos na saúde por parte da União, dos estados e dos municípios.

– O Senado já aprovou, o texto está na Câmara e o governo [federal] mandou ficar quieto, está engavetado. O governo não tem nenhuma intenção de votar.

O senador também destacou a precariedade do atendimento

em seu estado. Segundo ele, com o centro cirúrgico do hospital de Várzea Grande em obras e determinações judiciais de transferência de pacientes para Cuiabá, a situação na capital fica ainda pior. Jayne Campos citou relatório do Ministério Público de Mato Grosso sobre desvios de verbas no setor.

– Segundo constataram os promotores, 75% dos hospitais particulares conveniados ao SUS em Cuiabá não cumprem as metas estabelecidas em contrato. Alguns atendem menos da metade dos leitos e procedimentos



Jayne Campos: hospitais públicos parecem campos de concentração

contratados e, mesmo assim, faturam o valor total, chamado de “tabela cheia” – denunciou o parlamentar.

## Escolas podem ter aulas de direitos humanos

Os alunos do ensino básico devem estudar uma nova disciplina no próximo ano: os direitos humanos, em busca de uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual e intimidação. As diretrizes nesse sentido estão sendo elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), anunciou o representante do órgão, Raimundo Feitosa, em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O assunto é objeto de pesquisa em 5.565 secretarias municipais de Educação, realizada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop) a pedido da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Iniciado em fevereiro, esse levantamento deverá ser concluído em setembro.

Ana Paula Portela, do Gajop, apresentou estudos preliminares, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicando que os princípios de direitos humanos já são incorporados pelos planos de educação de quase 40% dos municípios – na maioria (60%), estão ausentes.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que a pesquisa do Gajop pode traçar um quadro real da educação em direitos humanos, e o representante do CNE acenou com a possibilidade de uma parceria com o objetivo de viabilizar a implantação da disciplina nas escolas.

## Marta prevê dificuldades na sala de aula

Durante o debate na CDH, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) observou que é a primeira vez que se fez uma pesquisa desse tipo no país. Para ela, o difícil mesmo será elaborar as diretrizes e colocá-las em prática no dia a dia das escolas.

Marta Suplicy citou sua experiência como psicóloga, em conjunto com Paulo Freire, quando ele foi secretário de Educação no município de São Paulo, durante os anos 1990. As maiores barreiras encontradas na época eram as questões relacionadas a preconceito racial e sexualidade.

Segundo ela, o preconceito racial começou a ser superado com leituras de obras que resgatam a contribuição da raça negra na história do país. A questão da sexualidade, acrescentou, exigiu um acompanhamento contínuo da formação do próprio professor.

## CPI para investigar o Ecad será instalada na terça-feira

Proposta pelo senador Raulo Rodrigues (PSOL-AP), a CPI para investigar denúncias de supostas irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) será instalada na terça-feira, às 10h. A entidade é responsável

pela arrecadação e distribuição de direitos autorais de obras musicais.

Na reunião, também haverá a eleição do presidente e do vice-presidente da CPI. A comissão será composta por 11 senadores titulares e seis suplentes.

Já foram indicados seis titulares e três suplentes.

A CPI do Ecad contou com 28 assinaturas de apoio, uma a mais do que o necessário. Ao propô-la, Raulo Rodrigues cita denúncias que atribuem ao Ecad “abuso da ordem econômica

e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexo”.

Além disso, o senador pede um exame do “modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil”.



## Debate sobre o Código Florestal será na terça

A audiência pública das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado que vai ouvir as sugestões da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para o Código Florestal será na terça-feira, às 8h30. A nova data foi informada ontem pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). De acordo com o senador, o esforço para a conciliação de agendas decorre da estratégia do Senado de obter um amplo entendimento em torno da matéria.

– Aachamos que a presença dos dois relatores e dos presidentes da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura terá um simbolismo muito forte e positivo – explicou Rollemberg.

## Ana Rita destaca importância do catador de papel



Ana Rita

Ao lembrar o dia de mobilização nacional dos catadores e catadoras, na terça-feira, a senadora Ana Rita (PT-ES) prestou uma homenagem à categoria, destacando os benefícios da atividade para o meio ambiente. Para ela, é fundamental promover a destinação final ambientalmente adequada de resíduos.

– Os catadores são muito importantes. A reciclagem, além de solução ambiental, é solução social, já que cria oportunidades de ocupação e de emprego para grande número de cidadãos que se encontram aliados do mercado formal de trabalho – disse.

## Anibal ressalta criação de comitê pelas florestas



Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) relatou sua participação, na terça-feira, em encontro que criou o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, instalado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo é debater o projeto do novo Código Florestal.

– Precisamos ter em conta que o Brasil tem responsabilidades planetárias e não pode abrir mão delas – disse.

Diniz homenageou ainda o ex-jogador Ronaldo, apresentando voto de aplauso e agradecimento por ter sido o “maior camisa 9 de toda a história do futebol brasileiro”.

Representantes do Banco do Brasil e dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destacam, na CRA, os esforços do governo para ampliar o crédito rural

# “Resultados da agricultura são bons, e devem melhorar com o Plano Safra”

OS BONS RESULTADOS da agricultura, com a expectativa de ampliar os índices de produtividade com o Plano Safra que está sendo preparado para 2011/2012, foram relatados por representantes do governo na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O Plano Safra é um conjunto de políticas que o governo federal elabora anualmente em apoio à produção agropecuária.

Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, mencionou as principais leis em vigor para o setor agrícola e falou das atuais fontes de recursos do crédito rural para justificar o aumento gradativo do financiamento concedido a vários setores nos últimos dez anos. Para a agricultura familiar, segundo ele, o financiamento do Plano Safra, que foi de R\$ 3,38 bilhões em 1999/2000, chegou a R\$ 16 bilhões em 2010/2011.

O vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Osmar Dias, destacou que não somente o aumento da área produzida, mas principalmente o uso da tecnologia proporcionaram acréscimo da produtividade.

– Se estivéssemos plantando hoje com o índice de produtividade que tínhamos em 1990, teríamos avançado sobre nossas florestas – explicou.

### Assistência técnica

Aumentar a capacidade de investimento para a produção de alimentos pela agricultura familiar e ampliar cada vez mais o programa de assistência técnica e extensão rural às famílias que recebem crédito rural são os dois grandes desafios do Ministério do Desenvolvimento Agrário, segundo o secretário



Laudemir Muller, Jenner do Rêgo, senador Acir Gurgacz e José Carlos Vaz (D) em debate na Comissão de Agricultura

nacional de Agricultura Familiar do órgão, Laudemir Muller.

– Não faz sentido termos crédito se junto não houver acompanhamento técnico das famílias, para que o crédito seja bem aplicado e gere capacidade econômica para seu pagamento – destacou.

O secretário de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, Jenner do Rêgo, destacou que o esforço do governo para ampliar e simplificar a concessão de crédito rural “vai facilitar o trabalho das agências rurais e também as linhas de crédito disponíveis ao produtor”.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Carlos Vaz, sugeriu que governo, agricultores e lideranças sindicais e políticas se unam para fazer ajustes no modelo de gestão agrícola.

– E esse ajuste passa pela construção de uma política agrícola plurianual – afirmou.

## Senadores querem política agrícola de longo prazo

A elaboração de uma política pública de médio e longo prazo voltada para o setor agropecuário foi defendida por senadores da Comissão de Agricultura.

Segundo os parlamentares, além do Plano Safra, é necessário também um planejamento para, pelo menos, os próximos dez anos.

Segundo o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), somente com uma política duradoura será possível resolver problemas graves, como a carência de assistência técnica ao pequeno produtor rural.

– Trabalhar por isso é uma das metas da comissão – afirmou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que o Plano Safra não pode substituir essa política

de médio e longo prazo.

Ao afirmar que não há assistência técnica ao produtor rural em seu estado, Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que “não adianta fazer reforma agrária sem boas políticas públicas voltadas para o agricultor, que não tem saúde nem educação”.

Delcídio do Amaral (PT-MS) salientou a necessidade de haver “visão de sustentabilidade e de recuperação de áreas degradadas”, com discussão sobre preservação do meio ambiente, passando por assuntos como o mercado de carbono. Clésio Andrade (PR-MG) destacou problemas como o endividamento do setor agrícola, em especial dos produtores de café de Minas Gerais.

## Geovani elogia estudo do IBGE sobre Amazônia



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou ontem a divulgação do estudo *Geostatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal*, do IBGE.

– Dessa vez, nosso querido estado [Amapá] revela seu diferencial na comparação com outras unidades federativas, por possuir um dos maiores aquíferos do planeta, o que nos coloca como uma fonte importantíssima no futuro para a Humanidade – afirmou.

O senador disse ficar feliz quando órgãos de governo reconhecem os potenciais do Amapá e afirmou que, ao lado da bancada do estado, tem luta por esse reconhecimento.

## Braga implantou Bolsa Verde no Amazonas



Eduardo Braga

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que o programa Brasil Sem Miséria, lançado pela presidente Dilma Rousseff, cria o Bolsa Verde, programa similar ao implantado por ele no Amazonas, quando governador. Para o senador, o Bolsa Verde será um grande incentivo para a preservação ambiental, uma vez que “a fome, a miséria e a injustiça social são alguns dos principais vetores da devastação e da destruição das florestas”.

Ele informou que, em seu governo, 8 mil famílias do Amazonas foram beneficiadas com o Bolsa Verde, que paga por serviços prestados em favor do meio ambiente.

## Ana Amélia pede prorrogação de decreto federal



Ana Amélia

Ana Amélia (RS-PP) defendeu a renovação do Decreto 7.029/09, que trata das multas aplicadas a desmatamentos e regularização ambiental, lembrando que a votação do novo Código Florestal, que o substituirá, ainda não tem data para ser concluída no Senado. O decreto, que venceria amanhã, foi renovado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

Para a senadora, a prorrogação do prazo previsto no decreto, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, contribuirá para devolver a tranquilidade aos produtores, “apreensivos com o iminente fim de sua vigência”.

## Comissão da Defesa Civil faz audiência no Rio



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou a realização de audiência pública, hoje, no Rio de Janeiro, pela Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil do Senado. O objetivo é coletar sugestões para o aprimoramento da legislação brasileira sobre defesa civil.

Na sexta-feira da semana passada, a comissão realizou debate em Santa Catarina. De acordo com Casildo Maldaner, a experiência em seu estado foi “altamente enriquecedora”, tendo havido importantes contribuições de representantes do corpo de bombeiros militar e também de voluntários da Defesa Civil no estado.



Durante a sabatina, Almir Franco afirma, em resposta a Cristovam Buarque, que temas como liberação do aborto e criminalização da homofobia não deverão impedir que relacionamento bilateral "continue fluido"



Senador Cristovam Buarque, entre Márcia Maro da Silva e Almir Franco de Sá Barbuda, preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

## Comissão aprova indicado para representar o Brasil na Santa Sé

BRASIL E SANTA Sé têm coincidências em suas políticas externas, especialmente em relação a direitos humanos, meio ambiente, redução da pobreza e combate à fome. Foi o que afirmou ontem o ministro de primeira classe Almir Franco de Sá Barbuda, que teve sua indicação para embaixador na Santa Sé aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e

Defesa Nacional (CRE). A mensagem da presidente Dilma Rousseff vai agora ao Plenário.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou preocupação com a possibilidade de conflitos entre o Brasil e a Santa Sé quando forem colocados em votação no Congresso Nacional projetos a respeito de temas como a liberação do aborto e a criminalização da homofobia. Em resposta, Barbuda admitiu a possibilidade de divergências, mas afirmou que elas não deverão impedir que o relacionamento bilateral "continue fluido".

O diplomata informou que a embaixada brasileira pretende acompanhar a realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), a ser realizada em agosto, em Madri. O encontro, que ocorre a cada dois ou três anos, é o maior evento católico do mundo e deverá reunir mais de 1 milhão de pessoas na Espanha – sendo mais de 10 mil brasileiros. Em 2013, informou, o evento poderá

ser realizado no Rio de Janeiro, com a presença do papa Bento 16.

### Acordos

Durante a reunião, foi aprovado em turno suplementar o Projeto de Lei do Senado 275/07, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que garante maior proteção a trabalhadores brasileiros no exterior. Quatro projetos de decreto legislativo (PDSs) receberam pareceres favoráveis da comissão. Um dos projetos, o PDS 644/10, relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ), aprova emenda ao texto do Acordo Latino-Americano de Coprodução Cinematográfica, que passa a chamar-se Acordo Ibero-Americano de Coprodução Cinematográfica.

Por iniciativa de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi aprovado voto de aplauso aos militares do 4º Batalhão de Aviação do Exército, no Amazonas, pela missão de resgate de dois soldados brasileiros que estavam prisioneiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

## Mozarildo elogia novo esforço federal para proteger as fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou ontem o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras. O senador ressaltou a grande vulnerabilidade das fronteiras em relação à entrada de armas



Mozarildo Cavalcanti

e drogas e assinalou como um ponto importante do plano o relacionamento bilateral com os países vizinhos.

– Se o Brasil fizer sozinho, do lado de cá, um trabalho, e do outro lado, nos países vizinhos, não houver nenhum trabalho, evidentemente esse será um trabalho em vão – disse.

Dando o exemplo de seu estado, Mozarildo lamentou que o Brasil tenha sido espoliado por falta de vigilância adequada à saída de material da biodiversidade e de recursos minerais e manifestou esperança em que o plano possa melhorar as condições de vida da população da faixa de fronteira.

Em aparte, o senador João Pedro (PT-AM) disse que espera que o plano possa reverter a "situação de intranquilidade" das fronteiras do país.

## Waldemir Moka destaca Congresso Internacional da Carne

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ressaltou a realização do Congresso Internacional da Carne, iniciado na quarta-feira, em Campo Grande. Mato Grosso do Sul



Waldemir Moka

é um dos grandes produtores e exportadores de carne bovina, possuindo o terceiro maior rebanho de corte do país. O encontro reúne mais de 1.500 pessoas, representantes de diversos segmentos da cadeia produtiva do setor. A ideia do congresso, segundo o senador, é fortalecer as relações e consolidar conceitos a respeito de todos os aspectos relacionados à produção e ao consumo de carne.

O Brasil, disse Waldemir Moka, tem um grande parque industrial frigorífico e detém a experiência de exportar para mais de 150 países, alguns com elevado grau de exigência. Para o senador, os produtores de Mato Grosso do Sul colaboram de maneira decisiva para o sucesso do agronegócio nacional.

### Santa Sé



Fonte: CIA World Factbook

## Brasil quer cooperar com Zimbábue em mineração e agricultura

O "grande potencial de negócios" dos setores de mineração e agricultura deverá estar entre as prioridades da diplomata Márcia Maro da Silva, cuja indicação para embaixadora no Zimbábue recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo a embaixadora, o Brasil quer fortalecer com o Zimbábue a cooperação em agricultura familiar, com ênfase especial na produção de alimentos. Ela informou que existe grande interesse naquele país pela produção de etanol e biodiesel, uma vez que ele enfrenta graves problemas de energia.

Entre 1998 e 2009, relatou a diplomata, o produto interno bruto (PIB) daquele país caiu 40%. Em 2005, 80% da popula-

ção economicamente ativa encontrava-se desempregada. Além disso, um processo de hiperinflação deixou o país "à beira do colapso total". Depois das últimas eleições, em 2009, tomou posse um governo de unidade nacional, que abriu espaço à retomada da atividade econômica e, segundo Márcia, o Zimbábue voltou a crescer.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), que morou por quase dez anos no Zimbábue, lamentou que o país tenha enfrentado uma crise tão profunda e que até o momento ainda "não tenha se encontrado", apesar de seus grandes recursos naturais. Ao elogiar a indicação de Márcia Maro, o senador Anibal Diniz (PT-AC) mencionou a "identidade ancestral do povo brasileiro com o povo africano". Eduardo Suplicy

(PT-SP) manifestou preocupação com a existência de casos de tortura e violência no Zimbábue e o desejo de o Brasil "contribuir para a paz naquele país".

### Zimbábue



Fonte: CIA World Factbook

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
 1º vice-presidente: Marta Suplicy  
 2º vice-presidente: Wilson Santiago  
 1º secretário: Cícero Lucena  
 2º secretário: João Ribeiro\*  
 3º secretário: João Vicente Claudino  
 4º secretário: Ciro Nogueira  
 Suplentes de secretário:  
 Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Casildo Maldaner • Waldemir Moka • José Sarney • Ciro Nogueira

\*Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
 Chefia de Reportagem:  
 Teresa Cardoso e Milena Galdino  
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
 Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
 Editor-chefe: Flávio Faria  
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
 Reportagem: Cintia Sasse  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
 CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP





Neilton Fidelis e João de Deus em debate na Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20

## Especialistas defendem substituição de combustível fóssil por fontes limpas

A substituição da energia baseada em fontes fósseis – carvão e petróleo – por fontes alternativas limpas foi defendida ontem por especialistas em debate na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20. Eles chamaram a atenção para a necessidade de se buscarem formas eficientes de aproveitamento do Sol e de novos paradigmas de produção e consumo de energia.

Modelos de produção de energia solar, construção da usina de Belo Monte e a decisão da Alemanha de fechar suas centrais nucleares foram alguns dos temas da audiência pública “Energia: para que e como”, mediada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

João de Deus Carvalho, consultor para projetos de energia solar, salientou o interesse crescente pela única matriz energética “100% limpa, 100% abundante e 100% renovável”, ressaltando os avanços na tecnologia do setor termossolar, o que permite a construção de usinas de custo mais baixo. Ele lamentou a falta de planos de energia solar no Brasil e mencionou o Nordeste como uma região favorável a projetos de grande escala.

– Em Belo Monte, serão investidos R\$ 30 bilhões, gerando a potência de 4 gigawatts. Para essa mesma potência numa usina termossolar, seriam necessários apenas R\$ 20,1 bilhões, sem nenhum dano ambiental ou uso de terras produtivas – sustentou.

Neilton Fidelis da Silva, professor da Coppe/UFRJ, classificou a universalização da energia como desafio da

cidadania e vetor de desenvolvimento. Defendendo maior produção de bens reutilizáveis, criticou o aumento desnecessário da demanda energética devido à “produção do desperdício”.

– As possibilidades de se ampliar a produção se distorcem quando você consolida uma prática de acento destrutivo e perdulário. As necessidades naturais, sob pressão da necessária ampliação da produção, são constantemente substituídas por necessidades historicamente criadas – alertou.

### Programa nuclear

Lembrando a reforma do Código Florestal e o anúncio da expansão do programa nuclear brasileiro, Pedro Henrique Torres, coordenador da Campanha de Clima do Greenpeace, apontou um “momento sombrio” para o meio ambiente no Brasil.

Depois de afirmar que o exemplo da Alemanha mostra que “dá para jogar para escanteio” a energia nuclear, pediu que o país europeu, numa posição coerente, retire seu apoio ao projeto nuclear brasileiro. Torres também defende que o Brasil não deve repetir o modelo dos países que investiram na dependência de combustíveis fósseis.

Carlos Rittl, coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF, se mostrou preocupado com o impacto da construção de grandes hidrelétricas, especialmente na Amazônia, e com o aumento da presença das termelétricas a carvão nos leilões de energia no Brasil.

Parlamentar argumenta que a iniciativa foi apresentada uma semana antes da proposta de Sarney e incorpora princípios e determinações regimentais que a colocariam como a principal na tramitação conjunta

## Paulo Bauer cobra tramitação de sua PEC sobre rito das MPs

O SENADOR PAULO Bauer (PSDB-SC) cobrou anteontem o prosseguimento da tramitação de sua proposta de emenda à Constituição (PEC 8/11) que modifica o rito das medidas provisórias no Congresso. O senador alegou ter aberto mão da sua proposta, até agora, em favor de um consenso em torno de alternativa apresentada por José Sarney (PEC 11/11). No entanto, observou, essa iniciativa, depois de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de substitutivo de Aécio Neves (PSDB-MG), virou objeto de impasse na discussão em Plenário.

A PEC de Bauer, apresentada uma semana antes da de Sarney, acaba com a comissão mista para análise do mérito, divide os prazos para análise entre a Câmara e o Senado e limita os temas que podem ser tratados por MP.

O senador ressaltou que, de acordo com o artigo 48 do Regimento Interno do Senado, por ter sido apresentada antes e ser mais abrangente, a PEC de sua iniciativa deveria ser a principal proposta em tramitação na Casa, sendo outras proposições apenas apensadas a ela.

– A minha PEC, além de cronologicamente ser mais antiga, também é mais abrangente, fato que faria com que ela incorporasse dois princípios regimentais, antiguidade e abrangência, para ser a titular da tramitação conjunta prevista no Regimento Interno. Repito, regimentalmente, minha PEC incorpora princípios e determinações regimentais que a colocariam como a principal na tramitação conjunta que ora discute. Mas, independentemente disso, minha proposta continua sem relator designado na comissão – cobrou.

Paulo Bauer explicou que, em atendimento a Aécio Neves, aceitou apoiar a proposta apresentada pelo presidente da Casa e alterada na CCJ.



Bauer afirma que a proposta acaba com a comissão mista para análise do mérito

– Eu, como senador que inicia mandato nesta Casa, curvei-me à autoridade, à história e à boa vontade do senador Sarney. Não tenho desejo nem de competir com o presidente desta Casa e muito menos de buscar a paternidade de qualquer nova iniciativa legislativa que venha a beneficiar o país. Se a PEC do presidente Sarney fosse aprovada, com as emendas do senador Aécio que contemplavam a minha PEC, eu aplaudiria. Agora, vejo e lamento que a PEC tramitou durante cinco sessões. Novas emendas surgiram em Plenário, ela volta à comissão e a gente ouve, com tristeza, lideranças do governo dizerem que têm dificuldade para que ela seja aprovada da forma como está – explicou o senador.

## Ciro Nogueira pede investimentos na infraestrutura energética do Piauí

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) fez um apelo ontem para que a Eletrobras adote medidas efetivas para ampliar a infraestrutura energética na região do Cerrado e no sul do Piauí. Cidades como Corrente, Uruçuí e Redenção do Gurgueia, disse, têm apagões frequentes e algumas delas chegam a ficar até 20 horas ininterruptas sem luz, convivendo também com oscilações de energia.

– Dados da própria Agência Nacional de Energia Elétrica [Aneel] demonstram que a região carece de grandes e vultosos investimentos. Para se ter uma ideia,

nos três primeiros meses de 2011 houve pelo menos 14 interrupções no fornecimento de energia elétrica em Uruçuí. Na soma dessas interrupções, obteve-se uma absurda média superior a 24 horas sem energia para os mais de 11 mil consumidores da Eletrobras Piauí, atendidos pela subestação de Uruçuí – contou o parlamentar.

O senador disse que, até o momento, a promessa do presidente da Eletrobras Distribuição Piauí, Pedro Hosken, de investimentos de R\$ 167,1 milhões em cinco subestações de energia no estado, feita na assembleia legislativa em março, não foi cumprida.

Ciro Nogueira considera fundamental investir em infraestrutura energética no Piauí, que, segundo dados divulgados pelo IBGE, tem expectativa de produção de grãos de 2,3 milhões de toneladas em 2011, a maior da história do estado.

– O nosso estado pode e tem muito a contribuir com o PIB nacional. Mas é, também, uma oportunidade para chamar a atenção para a necessidade de se tornar melhor a qualidade de energia fornecida às regiões localizadas mais ao sul do Piauí – defendeu.



Senador diz que dados da Aneel indicam que sul do Piauí precisa de “vultosos investimentos”

## Suplente de Gleisi, Sergio de Souza toma posse na terça-feira

O primeiro suplente da senadora Gleisi Hoffmann, Sergio de Souza (PMDB-PR), tomará posse na terça-feira, às 16h. Com isso, o PMDB ampliará sua bancada para 20 senadores.

– Já estive na Secretaria-Geral da Mesa, entreguei meus documentos e vim me apresentar ao presidente Sarney e combinar o momento da posse – explicou.

Sergio de Souza pretende, inicialmente, conhecer os projetos mais importantes em tramitação na Casa e dar sequência às propostas apresentadas por Gleisi Hoffmann.



Sergio de Souza será o 20º senador do PMDB

## Oposição denuncia Palocci por improbidade ao MPF em São Paulo

Os líderes do PSDB e do DEM, senadores Alvaro Dias (PR) e Demóstenes Torres (GO), anunciaram ontem que vão protocolar, na segunda-feira, representação na Procuradoria Regional da República de São Paulo contra o ex-ministro-chefe da Casa Civil Antonio Palocci. Os senadores de oposição pedem a apuração de “prática de atos de improbidade administrativa” por parte do ex-ministro.

Os líderes da oposição usam como fundamento denúncia publicada na revista *Veja*, no sábado, de que o apartamento em que reside Antonio Palocci pertenceria a uma empresa de fachada, a Lion Franquia e Participações Ltda, registrada em nome de um “laranja” (sócio falso).

“O ministro afirma pagar aluguel, estimado pelo mercado imobiliário em R\$ 15 mil mensais, para a ocupação do imóvel, enquanto o suposto proprietário do imóvel tem renda de R\$ 700 por mês, exercendo a profissão de representante comercial, e está atolado em dívidas que, mesmo em valores módicos, lhe sobrepujam a capacidade de adimplemento”, diz o texto da representação.





Marcelo Pacheco dos Guarany's fala aos senadores da CI sobre a situação do transporte aéreo, acompanhado por Lúcia Vânia, presidente da comissão, e Blairo Maggi

## Indicação de Marcelo Guarany's para presidência da Anac vai ao Plenário

Durante sabatina na Comissão de Infraestrutura, ele afirmou que o grande crescimento do tráfego aéreo no país, que dobrou nos últimos cinco anos, não foi acompanhado de adequada infraestrutura aeroportuária

DIRETOR DA ANAC na equipe que assumiu o órgão para enfrentar o caos aéreo de 2007, o atual assessor da Casa Civil da Presidência da República Marcelo Pacheco dos Guarany's pode voltar à agência, agora como diretor-presidente. Depois de sabatina do indicado, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o seu nome para o posto, por unanimidade. A mensagem presidencial, relatada pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), vai agora ao Plenário.

Guarany's reconheceu que o grande crescimento do tráfego aéreo no país, que dobrou nos últimos cinco anos, não foi acom-

panhado de adequado desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. Ele observou que o Brasil opera apenas com uma única empresa no setor, a Infraero, e avaliou que os esperados avanços vão depender de mais concorrência no sistema.

De acordo com Guarany's, a Infraero está se modernizando e evoluindo, mas em ritmo que não responde às necessidades do país. Ele assinalou que é resultado dessa constatação a decisão de repassar ao setor privado as reformas dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, além de Brasília, sob regime de concessão. Para o indicado, no entanto,

a solução não é privatizar totalmente os serviços aeroportuários.

Quanto aos direitos dos consumidores, Guarany's disse que as mudanças nas regras de regulação deixaram mais claras as responsabilidades das companhias aéreas. Antes, observou, havia jogo de transferência de responsabilidade dos problemas sobre a Infraero e demais órgãos. Depois das regras implantadas no ano passado, assinalou, as empresas estão agora prestando melhor assistência e mais informações aos passageiros nos imprevistos. Apesar disso, ele disse que ainda há "várias frentes" para serem trabalhadas.

## Sistema de checagem de voos será tema de debate em comissão

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou audiência pública para ouvir pilotos e comandantes de aeronaves sobre as insuficiências do sistema de checagem de voos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Autor da proposta, Blairo Maggi (PR-MT) relaciona as dificuldades ao déficit de checadores em atividade, profissionais responsáveis por examinar quem está ou não capacitado a pilotar aeronaves.

A CI também decidiu debater o modelo de concessão de rodovias federais. Outro objetivo é examinar o aumento no valor do pedágio nas rodovias concedidas, apesar do atraso nos investimentos por parte das empresas, como observa o autor da proposta, Aloysio Nunes (PSDB-SP). Um dos convidados será o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot.

## Correção

A contrário do que o Jornal do Senado publicou na edição de ontem, na capa e na página 6, o Projeto de Lei 265/06, aprovado pelo Plenário, não exclui os condenados por crime hediondo do benefício que garante o desconto de um dia da pena para cada 12 horas de frequência escolar. Na quarta-feira, antes de ser enviado ao Plenário, o projeto foi votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que examinou as modificações feitas pela Câmara. Entre as emendas rejeitadas pelo relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estava a que proibia a remição da pena a condenados por crimes hediondos. Para Valadares, a medida violaria princípio constitucional. O projeto, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), vai à sanção presidencial.

## Dornelles elogia governo pelo modelo de privatização para os aeroportos

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou ontem a decisão da presidente Dilma Rousseff de privatizar a operação dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e Juscelino Kubitschek, em Brasília. Os editais devem sair até o fim deste ano. Os aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais, são os próximos na lista.

Pelo modelo, a Infraero será dona de 49% e a parte privada ficará com 51%.



Dornelles: "Acerto da decisão é evidente"

Isso permitirá que a Infraero participe das grandes decisões da empresa concessionária ainda que de forma minoritária.

– O acerto dessas decisões do governo é evidente. O setor aeroportuário exige grandes investimentos e com urgência. Estudo elaborado pelo Ipea indica que 14 dos 20 maiores terminais de passageiros no Brasil funcionavam e funcionam acima de suas capacidades – mencionou.

## Suplicy comemora o "ciclo virtuoso" da economia



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) celebrou o que considera um "ciclo virtuoso de crescimento econômico sustentável". De acordo com o senador, o país poderá crescer a taxas de 5% ao ano, ampliando os investimentos em infraestrutura em 23,8% em 2014 e triplicando os investimentos em crédito imobiliário nos próximos cinco ou seis anos.

Os números, disse Suplicy, foram fornecidos por Luciano Coutinho, presidente do BNDES ao jornal *Valor Econômico*. O banco estima que, entre 2010 e 2016, haverá investimentos de R\$ 1,6 trilhão nos setores industrial, de infraestrutura e de construção civil.

## Humberto Costa festeja construção de novo porto em PE

O senador Humberto Costa (PT-PE) festejou ontem o anúncio de novos investimentos em Pernambuco. Ele disse que no litoral norte do estado, próximo ao município de Goiana, será construído um novo complexo industrial-portuário e logístico nos moldes do Porto de Suape, no sul. Segundo ele, nessa obra serão investidos R\$ 3 bilhões.

– O empreendimento será um projeto integrado de logística multimodal com porto, aeroporto internacional e um complexo industrial de grande porte. Integrará mais Pernambuco ao resto do país e ao mundo. O governo do estado recebeu proposta de interesse de consórcio empresarial para desenvolver os estudos necessários à implantação do novo porto, no regime de Parceria Público-Privada – informou.

Quando o assunto é de estado, merece mais que sua audiência.

### Assunto de Estado

No próximo dia 13 de junho, às 21h30, a TV Senado estreia, ao vivo, o programa **Assunto de Estado**. Cada edição reúne os três senadores de um estado para debater um tema de grande importância e responder às perguntas dos cidadãos. As perguntas poderão ser enviadas por telefone, pelo Twitter ou pelo portal do Senado, para que sejam selecionadas e repassadas aos senadores. No primeiro programa, os paulistas terão a oportunidade de saber o que seus senadores pensam sobre a situação do transporte no estado mais populoso do país. **Assunto de Estado** também será transmitido simultaneamente pela Rádio Senado e terá cobertura no portal de notícias da Agência Senado. Envie suas perguntas e opiniões. Afinal, o que acontece no seu estado também é assunto seu.

Envie suas perguntas:  
**0800 612211**  
**Twitter: @tvsenado**  
**www.senado.gov.br/alosenado**